

AS COMPLEXIDADES DA NOÇÃO DE FRONTEIRA, ALGUMAS REFLEXÕES¹

*Flávio Leonel Abreu da Silveira**

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é refletir conceitualmente sobre as complexidades inerentes à noção de fronteira, considerando a sua relevância para os estudos contemporâneos na Antropologia Social. Neste sentido, o presente estudo busca contribuir para a análise da temática das fronteiras, desde a sua importância etnográfica, apontando para a necessidade do caráter inter e transdisciplinar das análises sobre o tema, tentando compreender a sua amplitude e impasses, como um campo teórico atravessado por diferentes abordagens que identificam posições teórico-conceituais e políticas.

Palavras-chave: fronteira, etnografia, identidade, migrantes, globalização.

1 INTRODUÇÃO

O tema da fronteira, seja no âmbito cultural, geopolítico ou disciplinar, está sempre imerso numa problemática teórico-conceitual, envolta em certa nebulosa que nos impele a tatear o terreno instável do labirinto de reflexões que suscita.

Uma primeira “instabilidade” desponta acerca das chamadas fronteiras culturais, considerando-se a complexidade e amplitude do tema, ou ainda a constatação de que a sua importância para o pensamento antropológico reside no fato de tratar-se de um fenômeno que abarca uma gama de possibilidades, relacionadas às vicissitudes da vida humana, mas também que as fronteiras fornecem uma significativa margem de abordagens teórico-conceituais por parte dos pensadores que a tomam como objeto de suas reflexões.

* Doutor em Antropologia pela UFRGS, professor do Dep de Sociologia da UFPa.

No caso da Antropologia, o estudo sobre fronteiras (e o adjetivo que a acompanha, seja ele “étnico”, “simbólico”, “cultural”, “territorial”) não se apresenta como algo novo, um tema sobre o qual os antropólogos tenham se debruçado apenas nas últimas décadas. Pelo contrário, trata-se de uma discussão clássica dentro da disciplina. Portanto, o interesse por parte dos antropólogos remonta os primórdios da disciplina, quando em suas análises aparece o interesse direto ou indireto em relação à mesma.

A noção de fronteira, ou de margem, surge como uma questão palpável pelo menos desde os pensadores dos séculos XVII e XVIII, quando ocorre um maior interesse pelos fenômenos humanos, destacando-se diferenças e limites entre os homens do Velho e os do Novo Mundo, referidas às reflexões sobre fatos que orbitavam a questão da existência ou não da alma dos índios, até desembocarmos na noção de Homem no século XVIII e as implicações disso no pensamento científico, quando o Ocidente começa a forjar as idéias acerca do surgimento de nações com territórios e línguas distintas.

Esses dois séculos preparam o terreno para o Evolucionismo como uma ideologia que reinará ao longo do século XIX, momento em que as diferenças entre primitivos e civilizados ganharão estatuto científico. O século XX, por sua vez, pelo menos em Antropologia, verá uma reação ao evolucionismo, a partir do surgimento do Relativismo Cultural de Franz Boas e uma conseqüente complexificação do pensamento antropológico. A complexidade do próprio mundo se intensificará passando este a ser considerado um aglomerado de Estados-nações que oscilam entre conflitos bélicos, fluxos de pessoas e capitais econômicos, intolerâncias étnicas e religiosas, problemas ambientais globais, acordos de paz, jogos olímpicos, lutas pelos direitos humanos, entre outras questões.

2 A FRONTEIRA COMO UM TEMA COMPLEXO: primeiras considerações.

As fronteiras sempre implicam um nível relacional, evidenciado pela interação de diferenças, sejam elas quais forem². Portanto, se a fronteira existe é porque há uma dimensão membranosa, permeável ou porosa, possibilitando o trânsito de elementos diversos, que traz consigo um caráter marcadamente seletivo, pois é da “natureza” da fronteira que por ela ocorra a passagem, o fluxo ou a interdição. Trata-se assim de diversas formas de fluxos: de pessoas, de idéias (uma esfera comunicacional, com a possibilidade de ruídos), de substâncias, estados de consciência, objetos e, aliado a tal dinamismo, tudo o que isso representa na configuração de mais complexidade ou mesmo de construção e dispersão de sentidos no mundo.

Mas se a fronteira, como uma forma de membrana, existe de ma-

neira a permitir ou barrar o trânsito de coisas e idéias ao longo de sua superfície, de sua linha divisória, é porque existe uma polaridade, quiçá, uma ambigüidade, que faz com que o interior e o exterior, o fora e o dentro existam somente como manifestações da diferença que, ao longo da linha demarcatória da fronteira, pode apresentar pontos de contato que se relacionam a uma maior ou menor proximidade entre tais níveis.

Nesse sentido, a existência da fronteira implicaria permutas que podem encerrar sentidos múltiplos: pontos de contato em que a troca pode ser favorável para ambos os lados da mesma; pontos de contato em que a “hibridização” seja possível formando uma espécie de “terceiro incluído”; em que o fluxo seja vantajoso apenas para um dos lados com uma nítida desvantagem para o outro, ou ainda, pontos em que surjam focos de tensão e conflito que podem estar marcados por tipos de intolerâncias que obstruam qualquer possibilidade de fluxo favorável entre as partes.

Assim, a peculiaridade da fronteira parece estar no fato de que ela, ao vincular-se à noção de limite, acaba por criar condições que fazem com que esse fenômeno seja um jogo constante entre vida e morte, abarcando também a possibilidade de lidar com aquilo que é potencialmente agregador, por gerar um tipo de unidade desejada que pode redundar numa espécie de homeostase³, ou mesmo desagregador, por instaurar a incompatibilidade e a intolerância, gerando formas, por assim dizer, entrópicas de relação.

Então, as fronteiras existem como formas muito específicas de delimitar espaços diferentes que, conseqüentemente, apresentam interações variáveis, conforme o tipo de “movência” (ZUMTHOR, 1997), de passagem e permuta que ocorrem ao longo da membrana, seja no nível da relação entre o meio intracelular e o meio extracelular; da passagem da mera decodificação de signos para a capacidade simbolizadora; da posição social dentro do grupo (ritos de passagem para a vida adulta); da alternância de estados de consciência (o xamã); da experiência psico-social de lidar com a vida privada e a pública, pois qualquer que seja o nível de análise que se tome a questão - do mais basilar ao mais abstrato - há sempre a possibilidade de um tipo de “efeito de borda” (ODUM, 1988) que em ecologia significa um espaço de contato extremamente rico, em que ocorrem interações de maneira a aumentar a complexidade que, no caso das fronteiras no mundo contemporâneo, pode envolver pessoas, símbolos, dinheiro, armas, drogas, poluição, energia, objetos, genes etc.

A complexidade da questão está no fato de que, antes de tomá-la por uma perspectiva homogeneizadora, própria de um tipo de visão estreita da globalização cultural que acredita que o processo de encolhimento do mundo, de achatamento do espaço-tempo, de fluxo de capitais e idéias pode unificar as nações de forma quase redentora, torna-se necessário problematizar a concepção de que elas não existiriam como barreiras no fluxo de pessoas (e obviamente

de idéias) no mundo, na medida em que as fronteiras passam a ser algo percebido a partir de sensações e idéias que se têm delas, da “movência” e velocidade de certos atores sociais em se deslocarem de um lugar para outro.

Isto não significa dizer que um processo dinâmico de integração entre as nações, uma planetarização de certos interesses (ecológicos e econômicos, inseparáveis por sinal) não estejam ocorrendo de maneira acelerada (produzindo acordos e conflitos), mas que antes de isso gerar certas homogeneidades aplacadoras de diferenças, reina a heterogeneidade cultural - as singularidades próprias da sociodiversidade - que estão marcadas historicamente por assimetrias, por jogos de poder que caracterizam a própria configuração dos Estados-nações.

3 O QUE VEM A SER UMA FRONTEIRA?

Para estabelecermos uma análise, ainda que preliminar, do que vem a ser uma fronteira, seria necessário percorrer um amplo campo teórico-conceitual identificado com uma série de disciplinas que se debruçam sobre o tema. Daí o seu caráter eminentemente interdisciplinar, posto que adentra diversas áreas do saber, recebendo, por isso, tratamento diversificado.

No entanto, estabelecemos a análise do tema a partir da perspectiva antropológica, sem deixar de tocar em alguns enfoques que contemplem a pluridimensionalidade que o mesmo abarca e, assim, buscamos apontar para as hibridações possíveis quando se toma a fronteira como um objeto que escapa aos domínios de uma disciplina específica.

Uma primeira questão que aparece quando pensamos no tema referente às fronteiras é, exatamente, a que tipo de fronteira nós nos referimos. Subjacente a esta primeira questão, surge outra que é justamente aquela que se refere ao que está sendo separado por ela e, como decorrência, uma terceira, que remeteria às implicações reais desse processo de clivagem e os fenômenos que desencadeia. Partimos do princípio de que tais problemáticas, colocadas pela questão das fronteiras, escapam ao âmbito das ciências humanas, posto que se trata de uma problemática fundamental para as ciências naturais.

As fronteiras aparecem como um problema para as ciências desde a Biologia clássica, quando a citologia buscava lidar com uma realidade microscópica nova, capaz de ser visualizada com o advento de tecnologias como o microscópio, que permitiram aos cientistas identificar e observar uma estrutura orgânica até então desconhecida, como a célula, por exemplo para, a partir de então, observar a enorme variedade das mesmas.

Assim, se partirmos da metáfora da fronteira como uma membrana, certamente a primeira relação que fazemos, a imagem poderosa que nos

surge é a de uma membrana celular ou plasmática que, juntamente com o citoplasma e o núcleo, constituem a estrutura básica de um sistema complexo como é o de qualquer célula de um ser vivo eucarionte⁴, ou seja, de uma estrutura complexa constituída por uma camada lipoprotéica que delimita a célula, criando espaço específico cuja intimidade abarca o precioso conteúdo do ambiente intracelular. Portanto, é nessa interioridade, nesse espaço que as organelas celulares executam suas atividades, suas funções específicas na manutenção das atividades vitais, bem como no processo autopoiético, de (re)construção e auto-organização constante do organismo.

A partir dessa delimitação, surge a oposição complementar entre meio intracelular e meio extracelular cuja comunicação somente é possível por intermédio da membrana plasmática que estabelece, através de sua permeabilidade e ação seletiva, o fluxo de informação, o trânsito de substâncias para dentro e para fora mediante um potencial de membrana. Ora, não se trata apenas de uma rememoração dos ensinamentos que a citologia nos apresenta, mas sim de pensarmos que a noção de fronteira é algo que aparece em diferentes níveis desde a Biologia, posto que todo e qualquer sistema vivo em interação tem que, em algum nível, lidar com tal dimensão⁵.

Por outro lado, se tomarmos a Embriologia como uma área de grande interesse dos biólogos pode-se observar que o estabelecimento de certas fronteiras aparece como um importante elemento no processo de diferenciação celular, ou ainda, na dinâmica de clivagens que redundam em aglomerados celulares que, a partir de sucessivas divisões celulares e de especializações, desencadeiam a conformação de um novo ser vivo multicelular.

Então, o processo filogenético (que remonta à origem dos grupos) existe como uma manifestação de vários processos ontogenéticos (origem dos indivíduos). A espécie humana não escapa, logicamente, dessa dinâmica evolutiva, no entanto, o “animal humano” apresenta características singulares que, ao longo de um processo de hominização, permitiu que escapasse dos ditames biológicos adentrando na esfera da simbolização, no mundo da cultura - a passagem do orgânico ao superorgânico (KROEBER, 1975; LARAIA, 1992). Ora, o processo ontogênico, no caso humano, tem como dimensão análoga à constituição desse indivíduo enquanto um ser, ou seja, relaciona-se a uma dimensão ôntica⁶.

Se as sociedades humanas apresentam diferenciações das sociedades animais é porque, no interior das primeiras, existe um nível de complexificação da vida social e de desenvolvimento de determinadas instituições sociais, que fazem com que as sociedades animais se apresentem com níveis de complexidade diversos daqueles encontrados entre as humanas, estabelecendo nítidas fronteiras em termos de grau de organização entre os grupos humanos e os não-humanos.

No âmbito do humano, a diversidade cultural é uma questão que

preocupa os antropólogos há muito tempo, aparecendo como um problema que traz consigo o tema das fronteiras, ou seja, aponta para o fato de que as diferenças entre as sociedades humanas é um problema de limites, de delimitação de fronteiras simbólicas. E, pelo menos desde o aparecimento no século XVIII da noção de Homem e da sua legitimação como “objeto” passível de análise pela ciência, a questão tem se colocado como fundamental no pensamento social no Ocidente.

Se considerarmos a própria noção de alteridade que, por si só, coloca a importância de se pensar as diferenças entre grupos humanos e, a partir daí, das fronteiras implícitas no fenômeno da diferenciação, é possível perceber as suas implicações para as ciências humanas. A problemática em torno do *Outro* no pensamento antropológico (mas não só para ele) é decorrente das análises de uma série de pensadores que, pelo menos desde o século XVII, ocupavam-se com a questão humana, com o que há de particular e universal nela.

Tais pensadores estarão preocupados com o próprio estatuto do homem como espécie e, desde a biologia até a filosofia, surgirão questões em torno do mesmo como um organismo inserido na escala zoológica, bem como daquelas que o apontam como um ser singular dotado de alma. A preocupação com a noção de fronteira (entre animal/humano; possuidor de alma/destituído de alma) está colocada. Portanto, se tal noção surge com maior evidência nesse período é porque havia uma série de pensadores que prepararam o terreno para que, posteriormente, no século XIX e ao longo de todo o século XX, a questão viesse à tona com maior força, permanecendo no alvorecer do século XXI como uma questão instigante e polêmica.

4 GLOBALIZAÇÃO, FRONTEIRAS CULTURAIS E IDENTIDADES EM TEMPOS (PÓS)MODERNOS.

Robertson (1994, p.26) afirma que a melhor maneira de interpretar a chamada globalização, para além das divergências que o tema suscita, é tomar a questão “como aquilo que indica o problema da forma como o mundo se torna ‘unido’, porém, de modo algum, integrado de forma funcional simplista”, ou seja, trata-se de uma problemática ligada à “ordem mundial”⁷⁷.

O autor vincula a globalização, como um “fenômeno relativamente atual”, à Modernidade, bem como à Pós-Modernidade. Desta forma, para pensarmos a globalização devemos situá-la desde um passado recente, pois se trata de um conceito que “em si deveria ser aplicado a uma série específica de desenvolvimentos relacionados com a estruturação concreta do mundo como um todo”.(ROBERTSON, 1994, p.28).

As preocupações de Robertson giram em torno do processo histó-

rico no qual a globalização se efetivou como um fenômeno de proporções importantes, capaz de alterar as conformações do mundo, articulando o global e o local de maneira a colocá-los em um jogo complexo no qual “o mundo como um sistema único se tornou mais ou menos irreversível”.(ROBERTSON, 1994, p.31).

A globalização, sendo um processo complexo, implica uma maior proximidade entre os países, bem como o fluxo⁸ de mercadorias, objetos, idéias, pessoas e tem gerado, desde a sua “fase embrionária” - entre o século XVI e XVIII, a partir das grandes viagens transoceânicas e os processos de conquista a eles associados -, sem dúvida, um nível até então nunca visto de integração; no entanto, como contrapartida gerou uma série de assimetrias marcadas pelo caráter etnocêntrico que é capaz de veicular.

O processo de desterritorialização⁹ que derivou da intensificação do fluxo de pessoas e objetos, aliado à dinâmica implicada no achatamento do espaço-tempo¹⁰, fez com que o sentimento de unificação dos países parecesse uma realidade palpável, o que de fato parece apontar para uma “cidadania mundial”, como se as fronteiras territoriais, de caráter obviamente político, pudessem permitir a queda daquelas fronteiras que são de ordem simbólica, marcadas pela identidade nacional¹¹ (possuindo clivagens e fronteiras culturais, dada a presença de grupos étnicos diversos em seu interior), além das fronteiras culturais que são relativas ao credo¹², à etnia e a sua dimensão fenotípica, pelo gênero ou pela condição de ser pertencente a um país considerado periférico, por exemplo.

Portanto, para além de certos multiculturalismos, de algumas abordagens pós-modernas que concebem as fronteiras como ponto de encontro entre diferenças, onde reina a empatia (bem típicas de algumas variantes dos estudos culturais¹³), numa perspectiva quase amorosa que, pateticamente, desconsidera que, para além de uma utopia conciliadora pela diferença (ainda que se proponha crítica), as fronteiras são espaços, especialmente, simbólicos, em que as diferenças e assimetrias estão bem demarcadas, estando longe de significar um enlace afetivo e uma destituição de conflitos que determinados intelectuais, por vezes, parecem desconsiderar em suas análises sobre o tema.

Nesse sentido, as colocações de Pablo Vila acerca da fronteira México-Estados Unidos¹⁴ demonstram que muito mais que um trânsito tranquilo de certos intelectuais, a passagem pela fronteira por pessoas pobres, fenotipicamente diferentes dos “receptores” - chicanos mestiços, pessoas com traços indígenas¹⁵-, não falantes do inglês pode representar o impedimento da entrada no país (ou sua posterior deportação, caso sua documentação não esteja regulamentada) e até mesmo a morte, quando da tentativa de entrar no país¹⁶.

É exatamente por tais situações que a ilusão de que as fronteiras representam um ponto de contato sem conflitos¹⁷, uma dimensão proxêmica destituída de “dramas sociais”, sem nenhum caráter de impedimento, que tais intelectuais acabam, no afã de derrubar a idéia de fronteiras culturais, esquecendo

que a coerção das fronteiras políticas sobre as pessoas de carne e osso (e não entes abstratos) ocorre de fato e, por isso, parecem legitimar um certo conservadorismo que desconsidera questões étnicas, de gênero e de classe nessa tentativa desesperada de atravessar arames sem ser detectado pelos holofotes e talvez escapar de tiros. Muito fácil para quem viaja confortavelmente de avião e pensa a questão a partir dos sobrevãos, onde o olhar de cima se lança para além das fronteiras concretas lá de baixo.

Não que tais abordagens sejam totalmente problemáticas, mas devido ao fato de suas inserções sociais e trajetórias individuais serem diferentes daquelas do “grosso” das populações, tem-se uma realidade social diversa daquela vivida pelo “cruzador de fronteira”, que é discriminado e que MacLaren, como canadense branco, não experimenta, ou que Bhabha, Rosaldo ou Gómez-Peña (o personagem que encarna o ser híbrido multi-identitário, citado por McLaren e Canclini(1997) e que parece se converter no paradigma pós-moderno da diluição das identidades), sendo intelectuais do “Terceiro Mundo” inseridos no “Primeiro Mundo”, a partir de suas vivências como acadêmicos, não experimentam.

Dessa forma, é cômodo tomar o hibridismo ou o sincretismo (com a visão apaixonada de Canevacci, como um fenômeno *glocal*), como se ele fosse um cadinho maravilhoso de convivência entre diferenças. Neste sentido, desconsideram que as pessoas, pela sua condição econômica e étnica, por estarem sujeitas a sanções e impedimentos no trânsito entre as fronteiras, nesse caso, não experimentam os “não-lugares” apontados por Marc Augé, típicos do indivíduo moderno burguês que cruza fronteiras através do aeroporto, retirando dinheiro com seu cartão magnético Visa em caixas-eletrônicas. Portanto, as fronteiras territoriais são lugares sim, bem definidos porque só podem passar aqueles que interessa que passem - o híbrido burguês, em oposição ao pobre diferente.

Então, se o cruzador de fronteiras¹⁸ é uma figura possível, como aponta Pablo Vila, o reforçador de fronteiras também é. Ou seja, se o estrangeiro é um personagem positivo, como sugere George Simmel (1983), posto que instaura uma dupla dimensão em termos interacionais - a proximidade e a distância - tal relação, na medida em que introduz um tipo de contato que implica a percepção de valores, de dimensões simbólicas que o viajante traz consigo, faz com que o crivo da fronteira seja uma maneira de triar aqueles indivíduos em deslocamento que podem ou não atravessá-la (turistas, intelectuais, empresários, *pop stars* em oposição a pobres, mestiços, minorias sexuais, anônimos), a partir de certos critérios que de alguma forma validam um interesse do Estado-nação. A metáfora da membrana, nesse caso, é interessante, por estar bem próxima das fronteiras culturais, na medida em que o princípio parece ser o mesmo, pois ela delimita a unidade celular e impede ou permite a entrada de substâncias, podendo secretar (no caso de células do sistema imunológico) for-

mas defensivas que protegem o todo.

Conforme Barrera, citado por Pablo Vila, as fronteiras e os migrantes não seriam meros tropos, onde o jogo complexo entre desterritorialização¹⁹ e reterritorialização ocorreria junto com processos identitários. Para além da noção de fronteira como espaços semióticos, parece-nos que o que o autor destaca é que as fronteiras são barreiras físicas cuja permeabilidade não ocorre como um processo que lembra um tipo de difusão passiva, sem “gasto energético” algum para a passagem²⁰ (e para o controle), pelo fato de que demarcam critérios e valores para a passagem por intermédio da fronteira, através de pelo menos, dois níveis: quando instaura uma diferença entre o nativo (o reforçador de fronteira) e o Outro (o cruzador de fronteira), pobre e etnicamente diverso, bem como quando define que tipo de viajante pode entrar no país (branco, intelectual, classe média, empregado em seu país de origem), a partir de critérios que tendem a excluir os primeiros.

É nesse sentido que a idéia de nação tende a reforçar a fronteira como um dos elementos fundamentais na conservação, digamos assim, de um “caráter nacional”, ressaltando diferenças de identidade, valores considerados como nacionais e, por isso, identificados com aquelas características que singularizam uma nação que, porventura, podem ser maculados pelo alienígena que se introduz como uma espécie de erva daninha no meio da “floresta de símbolos” que demarca o nacional.

Pablo Vila cita María Socorro Tabuenca, quando afirma que as fronteiras permanecem como “feridas abertas”, onde por certo as assimetrias criam inúmeras formas de exclusão (seja para a entrada ou quando da situação de residente²¹), reforçando estruturas hierárquicas, pois o “migrante que es migrante como estratégia material de supervivencia y que arriesga su integridad cuando menos física queda reducido a mero nómada semiúrgico” (VILA, [19—], p.3).

Conforme Wilson e Donnan (1998), uma antropologia de fronteiras internacionais concerne à confluência das fronteiras simbólicas e político-jurídicas entre nações e Estados. Sendo assim, uma antropologia de fronteiras residiria num enfoque sobre o lugar e o espaço das fronteiras visíveis e literais entre Estados, e as fronteiras simbólicas de identidade e cultura, fazendo da Nação e do Estado duas entidades muito diferentes²².

A experiência nos Pirineus, por exemplo, vivida pelas comunidades catalãs situadas na fronteira da França com a Espanha, apontada por Peter Sahlins (1989) e Roberto Cardoso de Oliveira (1995; 2000), são importantes para pensarmos tal questão e a complexidade que envolve a incorporação de grupos étnicos numa perspectiva nacionalista.

A problemática das fronteiras nos Pirineus remonta desde antes de 1870, quando os Cerdans (franceses) já haviam definido sua identidade nacional.

Tal fato tratava-se menos de participar da vida da nação do que usar o Estado para seus próprios fins. Portanto, desenvolveram suas fronteiras de território e identidade em oposição aos espanhóis no outro lado da fronteira política, ainda que partilhassem com eles elementos de uma etnicidade catalã comum.

Talvez o melhor exemplo seja a questão da língua como um poderoso componente da identidade étnica, pois o catalão continuou sendo falado no domínio doméstico, ao passo que o francês no público. O processo de separação e clivagem no interior do grupo étnico não se deu de maneira suave, pois uma série de problemas de adesão à pátria, no sentido de proteger suas fronteiras, fez com que ocorressem fugas para o outro lado da fronteira. Portanto, afirmar a nacionalidade não significava abandonar o sentido local de lugar, pois os vínculos simbólicos eram mais fortes. Ora, a identidade nacional²³ como uma forma de oposição, nesse caso, engendrava problemas para pessoas que pertenciam ao mesmo grupo étnico, mas que estavam separadas por fronteiras políticas.

Roberto Cardoso de Oliveira (1995), ao tratar da identidade catalã, toma o lado espanhol da fronteira para discuti-la, e refere-se à idéia de nação como algo que foi inculcado na população catalã ao longo dos séculos, persistindo uma problemática vinculada à relação entre etnia catalã e nacionalidade espanhola. Trata-se de uma situação marcada por oposições e conflitos. O autor cita a noção de identidade bifurcada de Esteva Fabregat que seria:

a expressão de mecanismos geracionais históricos, graças aos quais o imigrante de língua castelhana, imbuído da identidade espanhola (por meio da qual afirma sua nacionalidade e sua lealdade ao estado espanhol), acaba por adotar - ele próprio ou sua descendência - a identidade catalã (FABREGAT apud OLIVEIRA, 1995, p.10).

Por outro lado, há uma nítida fronteira cultural entre o habitante original de Barcelona e os emigrantes, os estrangeiros, na medida em que a identidade catalã é concebida como superior, a partir do uso da língua catalã como um demarcador da diferença e superioridade frente ao castelhano²⁴, por exemplo. O catalão, portanto, pode ser visto como discriminador pelo imigrante, no entanto, isso aparece como uma resposta ao que Esteva Fabregat denominou “colonialismo interno”.

Quanto a América Latina, a problemática apontada por Alejandro Grimson (2000) acerca da fronteira Uruguaiana-Paso de Los Libres, no que tange à implementação de acordos dentro do Mercosul, demonstra que os mesmos acabam desconsiderando as complexidades fronteiriças e os arranjos sociais que surgem a partir da interação de ambas as populações, cuja riqueza gera

um “efeito de borda” que origina atores sociais peculiares ao contexto de fronteira, que aproveitam o trânsito na sua dimensão micro, cotidiana, de um comércio-formiga, ou seja, acordos econômicos entre nações, como é o caso do Mercosul implicam, por vezes, a exclusão das pessoas que “vivem de cruzar a fronteira”, no caso em questão, dos chamados “passadores”²⁵.

No contexto da América Central, as questões relacionadas às fronteiras culturais podem ser mais bem compreendidas, pelo menos parcialmente, a partir dos trabalhos de André Corten (1981;1995) relacionados ao contexto geopolítico do Caribe, ou melhor, a fronteira entre República Dominicana e Haiti. A discussão que o autor estabelece no que se refere a esta fronteira geopolítica está relacionada à migração de “braceros” haitianos para o país vizinho (chamados pejorativamente de congos), de maneira a considerar as terríveis condições de trabalho e de vida dos trabalhadores nos canaviais, onde desempenham atividades que são consideradas como trabalho escravo.

A análise de André Corten considera o contexto histórico das relações entre ambos os países e demonstra que a migração de haitianos para trabalharem no plantio e corte da cana-de-açúcar na República Dominicana não é recente, datando pelo menos desde a segunda década do século XX. O autor ressalta, inclusive, o conflito que resultou no massacre de haitianos na República Dominicana em 1937. Sendo assim, os conflitos fronteiriços entre os dois países se prolongam pelo menos desde a década de 30.

A imigração ilegal (mas que na realidade tem a convivência de ambos países) coloca os haitianos em território vizinho como clandestinos, passíveis de coerções e represálias por parte das políticas do Estado dominicano, pelo fato de que são considerados vagabundos e mendigos quando não estão trabalhando como escravos no corte de cana. A questão se complexifica ainda mais porque os cortadores de cana haitianos não querem ser considerados sem terra e, pelo contrário, desejam se tornar proprietários.

No entanto, se há uma comercialização das relações sociais no sistema de mercado que, inclusive, não existiriam no contexto haitiano, fica claro que os trabalhadores migrantes não obedecem às regras de mercado de trabalho, sujeitando-se às condições de trabalho que são da ordem do escravagismo. A isso se soma a ação dos especuladores que buscam obter lucros sobre os produtos (café, mais especificamente) produzidos pelos pequenos agricultores, bem como a partir dos empréstimos que forcem a continuarem produzindo sob o jugo do mercado, tornando-se presas fáceis dos especuladores.

As relações turbulentas entre a República Dominicana e o Haiti aparecem também como um conflito entre as classes dominantes de ambos os países pelo controle da migração, considerando-se o interesse comum na função estrutural da migração e no antagonismo existente entre classes dominantes e dominadas. Há, ainda, um número de haitianos interessados em intermediar a

migração de trabalhadores rurais para as plantações de cana-de-açúcar além da fronteira, assim como há interesses na República Dominicana em intermediar a passagem dos mesmos para o interior do país.

A questão da migração de trabalhadores haitianos na fronteira entre os dois países implica contradições: o governo do Haiti se propõe a controlar a migração clandestina, ao mesmo tempo em que faz vistas grossas à passagem de trabalhadores para o outro lado da fronteira. O trabalho escravo - há o eufemismo, trabalho forçado, que não diminui o problema -, nesse caso, é fruto do interesse das oligarquias de ambas as nações.

Essa problemática, extremamente complexa, colocou uma série de instituições ao redor do mundo atentas às questões do trabalho escravo na República Dominicana, acionando assim uma discussão acerca dos Direitos Humanos, no sentido de que há naquela região uma deterioração dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes haitianos. Também existe o caso das crianças filhas de haitianas nascidas no país vizinho que torna mais confusa a situação. Nos últimos anos, uma série de campanhas contra o escravagismo foi deflagrada para solucionar um problema que é, na realidade, transnacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fronteiras culturais, mas também as fronteiras políticas, são formas simbólicas complexas de manifestação do fenômeno humano, em que a alteridade surge como um valor fundamental, posto que uma política de diferença configura-se como possível. Para existir a diferença é necessário que existam as margens, os limites que separam o eu do outro e que possibilitam que o jogo entre proximidade e distância se dê como uma aventura do conhecimento, como uma abertura ao diálogo.

No entanto, nem sempre isso é possível, mesmo porque no Outro pode existir a expressão daquilo que se nega em “si”, ou que, por ser muito diverso, causa estranheza e distanciamento. Tão humanos esses sentimentos que aderem aos sujeitos em interação e que os fazem ser o que são. Fronteiras encrucizadas onde a intolerância reina e exclui, mas que, ao negar a diferença, sempre objetiva legitimar alguma alteridade.

A questão, dessa maneira, está para além da crença de que a supressão ou a transposição das fronteiras territoriais que demarcam áreas geopolíticas precisas se revelariam como a capacidade de redimir as intolerâncias, muito menos que isso implicaria uma tentativa de fazer das hibridizações o signo de um tempo que concebe o processo de mundialização/globalização como uma nova forma de enlace entre grupos humanos diversos, o que não quer dizer que isso seja impossível ou inviável.

As assimetrias existem e vão continuar existindo, pelo menos até o momento em que o ser humano for capaz de entender melhor esse sentimento confuso que o invade quando tem que lidar com a relação de proximidade e distância, e tudo o que ele implica em termos de interação com aquele que lhe é diferente.

Fronteiras existem para serem atravessadas ou não. Elas podem representar perigos, significando a impossibilidade de aceitação, como podem representar o êxtase e a comunhão. Cabe a cada um a escolha, desde que não seja imposta: o cruzar fronteiras é um ato de liberdade, de necessidade de se arriscar e conhecer a diferença. Tal movimento tem implicações históricas, sendo que as pessoas que o fazem possuem intenções variadas, mas as que não o realizam também, posto que ambas as dimensões sempre possuem um caráter simbólico de compartilhamento de sentidos com os Outros. A antropologia, desde longa data nos lembra isso. Cabe tomar a fronteira pelo que ela representa de complexidade, de forma a lidar com suas margens e ambigüidades, com a vontade de conhecer o que ali ocorre entre as pessoas que a cruzam.

Fronteiras, tênues ou não, mas sempre fronteiras que permitem que a diferença siga aceitando outras diferenças ou, simplesmente, que permaneça procurando o que lhe é similar.

THE COMPLEXITIES OF BORDER NOTION, SOME REFLECTIONS

ABSTRACT

The central objective of this paper is to reflect conceptually about the complexities inherent to border notion, taking into consideration its importance for contemporary studies in Social Anthropology. In this sense, the present study searches to contribute to the analysis of the border subject since

Its ethnographical importance, pointing out to the necessity of the inter and

Transdisciplinary character of the analysis about the theme, trying to understand its extent and ties-up, such as a theoretical field crossed by different approaches which identify theoretical-conceptual and political positions.

Keywords: border. Ethnography, identity, migrants, globalization.

Notas

1O texto em questão é uma parte do trabalho final do Seminário de Doutorado, ministrado pelo Dr Ruben George Oliven, no primeiro semestre de 2000. Portanto, não realizei maiores modificações no texto, apenas pequenos reparos, visando à publicação do mesmo.

2Como é o caso de certas “oposições” que, mesmo significando exclusão em determinados casos, parecem configurar um tipo de complementaridade na medida em que permitem uma dinâmica, que é impulsionada, inclusive, pelo seu caráter contrastivo, como é o caso do meio intracelular/meio extracelular, natureza/cultura, indivíduo/sociedade, particular/universal, limpo/sujo, natural/sobrenatural, profano/sagrado, estado/nação, ou mesmo, quando referida à complexidade das relações interétnicas, como as do tipo brancos/índios.

3Entendo a homeostase como uma tendência ao equilíbrio que, por sua vez é precário, instável, cambiável de acordo com os processos dinâmicos que permitem os arranjos entre os constituintes de um dado sistema (biológico, social, cultural) que configuram tal equilíbrio num dado período de tempo.

4Organismo que apresenta células com núcleos verdadeiramente organizados e definidos. Portanto, ter núcleo definido em última instância é possuir uma carioteca, ou seja, uma membrana nuclear que delimita o conteúdo do núcleo celular.

5Se tomarmos os vários sistemas vivos que constituem o conjunto biótico que aparece no planeta Terra e, aqui tanto faz ir do mais complexo ao mais simples, teremos diferentes níveis de complexidade que implicam em diferentes níveis de fronteiras entre eles. Assim temos: genes, cromossomos, células, tecidos, órgãos, aparelhos, organismos, populações, comunidades, ecossistemas, biomas e biosfera.

6De acordo com Japiassu e Marcondes (1993, p.184), ôntico designa “o ser em particular”.

7Renato Ortiz (1996) afirma que a “globalização é um processo social que atravessa as nações, as classes sociais e os indivíduos. Portanto, é um processo que possui dimensões econômicas, tecnológicas, políticas e culturais”. Segundo o autor: “Ao definir como processo, eu estou definindo como algo que é intrínseco à sociedade, algo que tem a ver com a estrutura da sociedade. Não é algo alheio a nós, é produzido pelos homens em determinado momento da história. Este processo apresenta como peculiaridade a característica de atravessar os diferentes recantos do planeta”. Outro autor, Stuart Hall (1997, p.71) vê a globalização como “um complexo de processos e forças de mudança” e cita Anthony McGrew (1992) que percebe a globalização, como “aqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”.

8A idéia de fluxo é trabalhada por Appadurai (1994) quando elabora questões acerca do fluxo de imagens, da fluidez de paisagens (*scapes*) na *media*, no sistema financeiro, na tecnologia, na etnicidade e nas ideologias. Hannerz (1997) também está preocupado com a questão do fluxo e realiza uma longa análise acerca do termo.

9Ruben Oliven (1996, p.14) afirma que a desterritorialização “é um termo utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e que acabam migrando para outros”. O mesmo autor, noutro texto (1993), menciona a dupla desterritorialização da cultura gaúcha, considerando, primeiramente, a sua dinâmica de deslocamento para além das fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul em direção a outros estados da nação e, posteriormente, das fronteiras nacionais.

10Sobre o tema ver David Harvey (1993); Lins Ribeiro (1993).

11Acerca da identidade nacional, Stuart Hall (1997) menciona o fato de que, sendo ela uma forma de identidade cultural particular, estaria vinculada a um “sentimento de identificação nacional”, ou seja, trata-se de um sistema de representações culturais que, enquanto uma construção social, dão aos indivíduos a idéia de pertencimento a uma nação.

12Como aponta Saad Eddin Ibrahim (1998) para o Mundo Árabe onde as tensões étnicas estão marcadas por um forte componente religioso.

13Ver a crítica de Pablo Vila [19_ _] a Peter McLaren sobre a noção de “*identidades fronterizas*”. McLaren (1997, p.194) menciona as identidades de fronteira como sendo “criadas a partir de uma conexão passional através da diferença. Tal conexão é ampliada por uma imaginação narrativa, possibilitando que relações críticas sejam produzidas entre nossas próprias histórias e as histórias dos Outros culturais”. O autor está preocupado com “uma identidade narrativa que seja mais capacitadora de transformação social”, com a “formação de subjetividades de resistência”. Ver a crítica de Segato (1998, p.14-16) a sua noção de multiculturalismo crítico que, segundo ela, não teria sentido para o contexto brasileiro onde, diferentemente do contexto norte-americano, não há sentido em assumir o pertencimento a uma minoria étnica específica, como forma de obter ganhos políticos (e onde uma “consciência mestiça”, como quer McLaren, no meu ponto de vista, também não tem sentido) posto que no Brasil “cada uno de los componenetes étnicos introduce su patrimonio de cultura y lo lleva a formar parte del horizonte de los “otros”, conforme Segato.

14Néstor Canclini (1997, p. 315) que estudou “os conflitos interculturais do lado da fronteira mexicana, em Tijuana” afirma que a fronteira México-Estados Unidos funciona como uma espécie de “laboratório da pós-modernidade”. Segundo o autor o fluxo dos migrantes seria da seguinte forma: “Alguns passam diariamente aos Estados Unidos para trabalhar, outros cruzam a fronteira nos meses da sementeira e da colheita. Mesmo os que permanecem em Tijuana estão vinculados a intercâmbios comerciais entre os dois países, a montadoras norte-americanas localizadas na fronteira do México ou a serviços turísticos para os três ou quatro milhões de norte-americanos que chegam por ano nessa cidade”. O fenômeno da migração traz consigo uma série de questões complexas, como

coloca Castles (1998, p.180): “In *countries of emigration*, families and local communities experience deep and enduring changes. Emigration is one aspect of the dissolution of traditional economic and social structures resulting from globalization. Whole countries may develop ‘cultures of emigration’, as in Italy half a century ago, or the Philippines today. Many emigrants perceive their situation in terms of economic and social exclusio: they are forced to leave their countries, because there is no place for them any more. They may even see themselves as excluded from the national community.

Similarly, in *countries of immigration* many communities are drastically changed. Immigrant settlement may reshape the national economy, transform cities and force the reexamination of social and cultural values. The immigrants may experience exclusion here too, through economic disadvantage, denial of rights or discrimination. In older receiving countries, immigration has become a key issue in debates on social relations and national identity. The same will no doubt also happen in time in newly industrializing countries of Asia, Latin America and Africa”.

15Mas também, de bolivianos campesinos oriundos do Altiplano andino que migram para a Argentina em busca de trabalho (GRIMSON, 1999). Nesse caso, a permanência no país está relacionada a uma constante necessidade desses grupos em lidar com a intolerância étnica do povo argentino para com os estrangeiros, que acionam a sua identidade boliviana ou latinoamericana como forma de driblar o preconceito. Ver também, João Pacheco de Oliveira (1998), quando analisa a questão dos “índios misturados” (numa “situação colonial”), onde os fluxos culturais são analisados sob a ótica das políticas de demarcação de terra colocadas pelo Estado nacional. Segato (1998, p.21) analisa a questão das “alteridades históricas”, ou seja, os “otros resultantes de formas de subjetivación a partir de interaciones a través de fronteras históricas interiores, inicialmente en el mundo colonial y luego en el contexto demarcado por los estados nacionales”.

16Peter McLaren (1997, p.206-207) reflete sobre as questões que George Yudice coloca acerca do multiculturalismo crítico, quando lembra aos multiculturalistas “que nós incorremos no nosso próprio modelo de imperialismo quando desatentamente nos tornamos uma “frente” para a nossa própria integração em um mercado global... Nós o fazemos quando assumimos que podemos mostrar ao resto do mundo como descobrir-se. Quando sugerimos que múltiplas posições do sujeito deveriam ser celebradas como o apogeu de um novo hibridismo pós-moderno que escapa às tendências fascistas de particularismos militantes, precisamos ter cuidado. Algumas pessoas cruzam as fronteiras por vontade própria, outras são forçadas a atravessá-las, e outras são literalmente baleadas ao tentarem cruzá-las”. Ou seja, trata-se do perigo por parte de certos teóricos, a partir de uma perspectiva dos países de centro, da reificação do hibridismo como saída para a exclusão, que pode representar o esquecimento de que as fronteiras existem de fato e que transpô-las pode ser uma experiência terrificante para alguns.

Talvez a reflexão que Clifford Geertz (1999, p.20) estabelece em relação a antropologia pudesse auxiliar McLaren no seu problema ético. Vejamos o que Geertz tem a dizer: “Agora, como membro dessas duas tradições intelectuais, do estudo científico da diver-

sidade cultural por profissão e do liberalismo burguês pós-moderno por inclinação, meu ponto de vista pessoal, para chegar ao assunto, é que uma rendição fácil aos confortos de simplesmente sermos nós mesmos, cultivando ouvidos moucos e maximizando a gratidão por não ter nascido vândalo ou ik, será fatal para ambas. Uma antropologia com tanto medo de destruir a criatividade e a integridade cultural, nossa e de todos os outros, pelo fato de se aproximar das outras pessoas, envolvendo-as, procurando compreender a sua condição imediata e suas diferenças, está fadada a morrer de uma inanição que nenhuma manipulação de conjunto de dados objetivizados pode compensar. Qualquer filosofia moral tão medrosa de se embarçar em relativismo idiota ou dogmatismo transcendental que o melhor que pode pensar em fazer com outras maneiras de enfrentar a vida é fazê-las parecer pior do que a nossa própria está fadada meramente a conduzir (como disse alguém dos escritos de V.S. Naipaul, talvez nosso maior adepto da construção de tais “efeitos de contraste”) no sentido de tornar o mundo seguro para a condescendência. Tentar salvar duas disciplinas de si mesmas ao mesmo tempo pode parecer arrogante. Mas quando alguém possui dupla cidadania, tem obrigações dobradas”.

17 Alejandro Grimson (2000) coloca que “los discursos periodísticos, políticos y académicos que afirman la desaparición de las naciones, la comunicación sin fronteras, la globalización como proceso de uniformización, son desmentidos por la investigación empírica de las fronteras”.

18 O cruzador de fronteiras na visão de McLaren, emerge a partir da discussão que Hicks (mas também há um diálogo com Bhabha) coloca acerca da escrita de fronteira, esta relacionada com a identidade de fronteira (“onde leitores e narradores são ambos um e Outro”). Daí que o cruzador de fronteiras seria “ambos o eu e o Outro”, pois ele “emerge da dupla cadeia de significantes de dois grupos de códigos de referência, de ambos os lados da fronteira”.

19 A desterritorialização da cultura gaúcha é um bom exemplo de como um fenômeno que migrou de um lugar a outro pode se “aclimatar” em contextos diferentes, seja a nível regional, nacional e internacional (OLIVEN, 1996) - aparecendo como um processo complexo de deslocamento de pessoas, idéias e sentimentos ligados à tradição. No entanto, é preciso considerar que parte significativa dos gaúchos que migram, o fazem em função de pressões econômicas, sejam aqueles que se dirigem ao Paraguai para trabalhar na terra ou para o Primeiro Mundo, abandonando o país em busca de oportunidades de trabalho. Dessa forma, a desterritorialização vincula-se a determinadas relações de caráter sócio-econômico.

20 A pesquisa da antropóloga Glaucia de Oliveira Assis (1995) sobre a migração dos valadarenses para os Estados Unidos dá uma idéia acerca do empreendimento necessário para realizar a viagem: as formas e arranjos sociais empregados para economizar e obter empréstimos que possibilitem o deslocamento; estratégias para entrar no país e passar pela imigração; contatos com pessoas e redes sociais no país; casamentos arranjados com estrangeiros; etc. Os trabalhos de Gustavo Lins Ribeiro (1998a; 1998b; 1998c) quando analisa as estratégias dos brasileiros para se manterem em San Francisco (legais

ou ilegais) são fundamentais, bem como, as reflexões do autor sobre a valorização de elementos da cultura nacional como o carnaval, por exemplo, no processo de construção de uma “identidade transnacional”, de forma a torná-lo um elemento de positividade na sua presença naquele país (organização de blocos carnavalescos). Além disso, há a problemática envolvendo os conflitos oriundos da tentativa de não serem englobados na categoria de “latinos”. Ver também sobre esse tema a análise de Roberto Cardoso de Oliveira (2000).

21 Basta considerar o que aponta Grimsom (1999) quanto à presença de migrantes bolivianos dentro do território argentino e as formas de segregação que, por outro lado, funcionam como gerador de estratégias que auxiliam na configuração de uma bolivianidade no interior do território argentino.

22 “Borders are spatial and temporal records of relationships between local communities and between states. Ethnographic explorations of the relationship between symbolic and political or juridical boundaries are salient beyond anthropology because of what they may tell us of the history of cultural practices as well as the role of border cultures and communities in policy-making and diplomacy”. (WILSON; DONNAN, 1998, p.5).

23 “The definition of national identity does not depend on natural boundaries, nor is it defined by a nuclear component of social or cultural characteristics - an essential, primordial quality of “Frenchness” or “Spanishness”. National identity is a socially constructed and continuous process of defining “friend” and “enemy”, a logical extension of the process of maintaining boundaries between “us” and “them” within more local communities. National identities constructed on the basis of such an oppositional structure do not depend on the existence of any objective linguistic or cultural differentiation but on the subjective experience of difference. In this sense, national identity, like ethnic or communal identity, is contingent and relational: it is defined by the social or territorial boundaries drawn to distinguish the collective self and its implicit negation of the other” (SAHLINS, 1989, p.270-1)

24 Roberto Cardoso de Oliveira (1995, p.14) afirma que a “dominação da etnia castelhana, representada por seu papel na ordem estatal, tende a ser intolerável ao catalão, cômico de sua identidade étnica e alimentado pela ideologia da catalanidade”.

25 Conforme Alejandro Grimson (2000, p.4-5): “La estrategia histórica consiste en pasar pocas mercaderías en cada viaje, distribuyendo eventualmente la mercadería con otro pasador, haciendo como si se tratara de bienes de uso personal. En Libres-Uruguayana, actualmente, parecería haber más pasadores argentinos que brasileños, dato razonable si se considera que en los últimos años presentaron más oportunidades de pasar mercadería brasileña a la Argentina que al revés por las diferencias de precios, Si se considera a las personas que están dedicadas especialmente a esta actividad, es posible calcular la existencia algunos pocos cientos de pasadores. En cambio, si se pregunta por personas que pasan mercaderías por la frontera la respuesta será que sólo unos pocos cientos de habitantes no lo son. Los pasadores son el sector menos reconocido como interlocutor en las decisiones políticas. A la vez son el eslabón clave de una red transfronteriza de

gran complejidad que, en sus extremos, comienza y termina en las grandes ciudades de ambos países, involucra vendedores ambulantes, comercios importantes y funcionarios del estado. Tienen intereses sobre la frontera contrapuestos a los comerciantes “comunes y corrientes”, en la medida en que necesitan una frontera flexible com bajo control”.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo del Cultura Económica, 1993.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. (Org). **Cultura global. Nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ASSIS, Glauca de Oliveira. **Estar aqui, estar lá...: uma cartografia da vida entre dois lugares**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1995.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BARTH, Fredrik . Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P ; STREIFF-FERNANT, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos**. Uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Identidade catalã e ideologia étnica. **MANA**, Rio de Janeiro, Relume Dumará, v.1, n.1, 1995.

_____. Os (des)caminhos da identidade. **RBCS**. 15, n.42, 2000.

CASTLES, Stephen. Globalization and migration: some pressing contradictions. **International Social Science Journal**. Blackwell Publishers/UNESCO, n°156, 1998.

CORTEN, André. “The migration of haitian workers to the sugar factories of the Dominican Republics”. In: S. Craig (Ed.). **Contemporary Caribbean: a sociological reader**. Maracas (Trinidad e Tobago): The College Press, 1981.p.349-366.

CORTEN, André. “Five hundreds thousands haitians in Dominican Republic”. In: Corten, A; Duarte, I (Co-Author). **Latin American Perspectives**. vol.22, n.3, Summer, 1995. p.94-110.

- DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- GEERTZ, Clifford. “Os usos da diversidade”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.10, 1999.
- GRIMSON, Alejandro. **Relatos de la diferencia y la igualdad**. Los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.
- _____. **La fabricación cotidiana de la frontera política**. Un análisis de Posadas (Argentina)/Encarnación (Paraguay) y Uruguayana (Brasil)/Libres (Argentina). In: **REUNIÃO DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION**. Miami, 2000, 25 p.
- _____. Introdução: fronteiras políticas versus fronteiras culturais. In: _____. **Fronteiras, nações e identidades**: zonas fronteirizas em contextos de regionalização y globalización. Buenos Aires, 2000, 15 p. No prelo.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **MANA**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.7-39, 1997.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- IBRAHIM, Saad Eddin. **Ethnic conflict and state-building in the Arab world**. International Social Science Journal, Blackwell Publishers/UNESCO, nº 156, 1998.
- JAPIASSU, Hilton ; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KROEBER, Alfred. “Lo superorganico”. In: Kahn, J.S. **El concepto de cultura**: textos fundamentales. Barcelona: Anagrama, 1975. p.47-83.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- McLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.
- ORTIZ, Renato; IANNI, Octávio. **O Capitalismo em expansão**. Porto e Vírgula, Porto Alegre, n.27, p. 17-22, 1996.
- ODUM, Eugene. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. In: FONSECA, C. (Org.) **Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 24-41.
- _____. Globalização do mundo. **Humanas**, Porto Alegre, v.18, n.1/2, p.27-31. 1995.

_____. Desterritorialização. **Porto e Vírgula**, Porto Alegre, n.27, p.14-16,1996.

PACHECO de OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.47-77. 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ser e não ser. Explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura. In: Fonseca, C. (Org.) **Fronteiras da cultura**: horizonte e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p.9-21.

_____. Goiânia, California, vulnerabilidade, ambigüidade e cidadania. **Antropologia**, Brasília, n.235, 1998 a.

_____. O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em San Francisco. **Antropologia**, Brasília, n.237, 1998 b.

_____. Identidade brasileira no espelho interétnico: essencialismos e hibridismos em San Francisco. **Antropologia**, Brasília, n.241, 1998 c.

ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In: FEATHERSTONE, Mike. (org.) **Cultura Global**. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAHLINS, Peter. Conclusion: Identity and Counter-Identity. In: **Boundaries**. The Making of France and Spain in the Pyrenees, 1989. p.267-277.

SEGATO, Rita Laura. **Alteridades históricas/Identidades políticas**: uma crítica del pluralismo global. Brasília: UnB, 1998, 28 p.

SIMMEL, George. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

VILA, Pablo. **La teoria de frontera versión norteamericana**: una crítica desde la etnografía. Buenos Aires, [19__]. 14 p. Mimeo.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

WILSON, Thomas; DONNAN, Hasting. Nation, state and identity at international borders. In: **Border Identities**, 1998.

uma entidade natural, pronta e acabada. Pensamos, assim, que o Maranhão e o maranhense são construções sociais e históricas que passam por constantes processos de demarcação, entendendo que demarcar uma região significa dar-lhe sentidos imprimindo-lhe uma forma, uma aparência que tende à homogeneidade, mas que, enquanto (pretensa) identidade, é tão somente “uma repetição, uma semelhança de superfície, que possui no seu interior uma diferença fundante, uma batalha, uma luta, que é preciso ser explicitada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 9).

É compreendendo a região como espaço (re)cortado e (re)inventado a partir de interesses variados, que temos pensado um dos momentos em que aquela operação se processa no território demarcado como Maranhão, entre as décadas de 40 e 50 do século XX. Este é um momento significativo para a compreensão dos processos de (re)construção da identidade maranhense. Trata-se de um período em que, naquele território, intelectuais, poetas, escritores e políticos começam a, de modo acentuado, se interessar pela cultura popular – ou melhor, por elementos dela –, o que mostra que esta não é uma especificidade/originalidade dos últimos anos. Uma ação que, pelo que temos analisado, foi seletiva, sendo pinçados alguns elementos daquelas manifestações, especialmente o bumba-meu-boi, para compor a “maranhensidade”¹.

Embora, no período recortado, os bumbas ainda representassem “zoada” e “barafunda” numa terra que era significada como límpida e branca por mitos como a Atenas Brasileira e a fundação francesa de São Luís, capital do Estado,² e continuassem a ser proibidos e disciplinados pela força policial,³ já começavam a ser sentidos como produtores de sons harmônicos e levados ao texto que definia a maranhensidade, e é precisamente este último movimento que pretendemos mostrar neste texto. Obviamente, não podemos esquecer que os populares maranhenses eram atores sociais ativos no processo em discussão. Apesar dos preconceitos e das perseguições em relação às suas manifestações, eles resistiram de diversas formas às situações que lhes eram opressivas.

Desse modo, através da análise de discursos (textos escritos, imagens, ícones), práticas e experiências, objetivamos, basicamente, neste artigo, mostrar alguns lances do processo em que, entre as décadas de 40 e 50 do século XX, a manifestação de cultura e religiosidade popular denominada bumba-meu-boi é relida e encenada para além das letras que antes a instituíam como uma manifestação bárbara, e começa a fazer parte do texto que identifica, significa e propaga o Maranhão e o maranhense.

Este trabalho considera discussões sobre **construções imaginárias** presentes em Baczko (1985), **cultura e cultura popular** levantadas por Burke (1989), Canclini (1989) e Geertz (1989), assim como problematizações sobre **campo de saber e espaço de poder**, principalmente em Certeau (1995). Os do